

Anistia sul-coreana é recebida com críticas

Maioria dos 5,5 milhões de perdoados pelo presidente Kim é de criminosos comuns

SEUL - Foi mal recebida pelos grupos de direitos humanos a anistia que o presidente sul-coreano, Kim Dae-jung, um ex-prisão político e perseguido por governos militares, concedeu ontem a 5,5 milhões de sul-coreanos. A maioria dos anistiados é de infratores de trânsito ou praticantes de pequenos delitos, embora alguns sejam criminosos perigosos. Apenas 74 são presos políticos. Para os grupos de direitos humanos, a medida foi "inadequada e deplorável".

"Estamos muito decepcionados", informou o Minkahyup, o principal grupo de defesa de direitos humanos da Coréia do Sul, que havia pedido ao presidente a libertação de pelo menos 500 detidos, qualificados de "prisioneiros de consciência", entre eles 23 presos políticos que estão há anos encarcerados. "O governo libertará apenas uma parte dos prisioneiros de consciência porque teme uma reação dos grupos conservadores do país", explicou Oh Wan-ho, secretário-geral da representação da Anistia Internacional em Seul. "A questão dos presos políticos não pode ser barganhada, pois é um problema de direitos humanos e de justiça social."

"Esta é a maior anistia desde a criação da nação", rebateu à imprensa Park Sang-cheon, ministro da Justiça. Ele acrescentou que a medida é destinada a trazer harmonia para a sociedade sul-coreana e incutir a unidade e a solidariedade necessárias para que o país possa sair de sua pior crise econômica.

A decisão do governo de Kim Dae-jung, que tomou posse no dia 25, permitirá que pelo menos 2.304 presos por crimes graves, detidos em diferentes penitenciárias do país, recuperem a liberdade.

Os presos beneficiados começaram a ser soltos ontem mesmo, depois que a anistia foi declarada oficial durante uma sessão extraordinária do gabinete. Da lista de 44 presos políticos da Anistia Internacional, 22 serão libertados ou terão suas penas reduzidas.

Entre os anistiados está o norte-coreano acusado de espionagem Woo Yong-gak, que está numa solitária há 40 anos e é considerado o preso político que passou mais tempo preso no mundo inteiro. O Minkahyup informou que ele sofreu uma embolia cerebral e perdeu todos os dentes por causa dos anos de tortura, má alimentação e falta de atendimento médico. Shin In-young, de 68 anos, outro norte-coreano acusado de espionagem, também foi anistiado. As autoridades disseram que a libertação dos dois ex-espionas é um sinal de reconciliação oferecido ao governo norte-coreano (*ler abaixo*).

Segundo o Ministério da Justiça, 6 dos 74 presos políticos anistiados serão soltos por razões humanitárias, pois têm mais de 70 anos. Grupos de direitos humanos asseguram que esses seis presos foram torturados durante vários anos.

O escritor Hwang Suk-young e o

ex-parlamentar Seo Kyung-won, condenados por ter visitado a Coréia do Norte sem autorização, também serão libertados. A anistia do governo concederá a liberdade a Lee Yang-ho, ex-ministro de Defesa condenado por corrupção. Contudo, o perdão governamen-

tal não se estende aos presos por delitos eleitorais. É o caso de Kim Hyun-chul, filho caçula do ex-presidente Kim Young-sam, e de outros parlamentares. Não serão beneficiados os dois ex-presidentes Chun Doo-hwan (1980-1988) e Roh Tae-woo (1988-1992), acusados de rebelo-

lião, corrupção e evasão de impostos. Em 21 de dezembro, o então presidente, Kim Young-sam, comutou a pena capital de Chun e reduziu a sentença de 22 anos de prisão de Roh. No entanto, ambos não se libertaram de pagar pesadas multas. Chun terá de pagar US\$ 150 mi-

lhões e Roh, US\$ 175 milhões.

Kim Dae-jung, o primeiro candidato da oposição a chegar ao poder na Coréia do Sul, ficou preso durante vários meses depois do golpe de Estado em 1979, acusado de ter incitado um levante civil que provocou a morte de 200 pessoas. Kim, de 73

anos, foi julgado e sentenciado à pena de morte. Graças a uma intervenção do governo americano, a pena foi reduzida a 20 anos de prisão. Kim foi libertado dois anos depois e exilou-se nos EUA. (Associated Press, Reuters, EFE e France Presse)